



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 23 de Dezembro de 2016
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano X

Nº1175



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**

Lei Municipal nº 1250 de 08 de Abril de 2015.
Praça Celso Bueno, 24 - Centro - Cep: 38500-000
Monte Carmelo - Estado de Minas Gerais

PORTARIA Nº 10/2016

**CMDCA DE MONTE
CARMELO/MG**

**DISPÕE SOBRE JULGAMENTO DA SINDICÂNCIA
INTERNA Nº 02/2016 PARA AVERIGUAÇÃO E
APLICAÇÃO DA PENALIDADE E OUTRAS
PROVIDÊNCIAS:**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (ECA), Lei Municipal 1250, de 08 de Abril de 2015 e a Lei Municipal nº 08/2005, considerando que o Conselho Tutelar constitui-se num órgão essencial do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (Resolução nº 113 do CONANDA), e Resolução 170 do CONANDA

RESOLVE:

Art. 1º Acolher o relatório da Comissão Processante e da decisão do plenário do CMDCA sobre Sindicância nº 02/2016, contra a Conselheira Tutelar R. R. F., matrícula 440047 sobre denúncias e fatos ocorridos no Conselho Tutelar de Monte Carmelo.

Art. 2º - Atribui responsabilidade a Conselheira Tutelar R. R. F., matrícula 440047, pela prática de infração do artigo 178 da Lei Complementar 08, de 09 de dezembro de 2005 (estatuto dos servidores públicos do município de Monte Carmelo), Inciso III - Não observando as normas legais e regulamentares na realização de uma reunião do Conselho Tutelar, onde ficou decidido horários diferenciados; infração ao art. 20 da resolução 170 do CONANDA, no qual refere que todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos a mesma carga horária de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobre aviso, sendo vedado, qualquer tratamento desigual; infração do art. 31 da lei 1250 de 08 de abril 2015, inciso I, que estabelece que o conselho tutelar funcionará com expediente a ser cumprido por todos os conselheiros tutelares na sede do órgão, conforme planejamento elaborado pela secretaria de trabalho de ação social e aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 3º Aplicar a penalidade de **advertência**, com base no artigo 190 inciso I c/c artigo 205 inciso III e artigo 213 inciso II da Lei Municipal 08/2005.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 22 de dezembro de 2016

Renata Dias e Silva Goulart
Renata Dias e Silva Goulart

-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**

Lei Municipal nº 1250 de 08 de Abril de 2015.
Praça Celso Bueno, 24 - Centro - Cep: 38500-000
Monte Carmelo - Estado de Minas Gerais

PORTARIA Nº 11/2016

**CMDCA DE MONTE
CARMELO/MG**

**INSTITUI O JULGAMENTO DA SINDICÂNCIA
INTERNA Nº 01/2016 PARA AVERIGUAÇÃO E
APLICAÇÃO DA PENALIDADE E OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (ECA), Lei Municipal 1250, de 08 de Abril de 2015 e a Lei Municipal nº 08/2005, considerando que o Conselho Tutelar constitui-se num órgão essencial do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (Resolução nº 113 do CONANDA).

RESOLVE:

Art. 1º Acolher o relatório da Comissão Processante e decisão em plenário do CMDCA sobre Sindicância nº 01/2016, contra o Conselheiro Tutelar C.C.C., matrícula 440045 referente às denúncias e fatos ocorridos no Conselho Tutelar de Monte Carmelo.

Art. 2º - Atribuir responsabilidade ao Conselheiro Tutelar C.C.C., matrícula 440045, pela prática de infração do artigo 178 da Lei Complementar nº 8, de 9 de Dezembro de 2005, Incisos I, V, IX e X.

Art. 3º Aplicar a penalidade de **suspensão de 30 dias**, sem direito a remuneração, com base nos artigos 190 inciso III, c/c 205 inciso III, c/c 193 §2º e 213 inciso II da Lei Municipal 08/2005.

Art. 4º - A suspensão de 30 dias, sem remuneração será a partir do dia 02/01/2017.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 22 de dezembro de 2016

Renata Dias e Silva Goulart
Renata Dias e Silva Goulart

-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

EXPEDIENTE

**DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: PATRÍCIA MATIAS DIOGO

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 237

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br